

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DE xxxxxxxx.**

**Autos nº: xxxxxxxxxxxx**

**FULANA DE TAL**, devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio da *Defensoria Pública do Distrito Federal*, com fundamento no art. 350 e 351, do Código de Processo Civil, apresentar:

**RÉPLIC**  
**A**

à contestação da ré **COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, DISTRIBUIÇÃO S.A.** (ID xxxxxxxx), pelos fatos e fundamentos seguintes.

**1. SÍNTESE PROCESSUAL:**

Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência. A parte autora reside com sua filha e seu neto de 6 anos de idade. **Em mês/ano**, mesmo sem ordem de corte, **a CEB efetuou a suspensão do fornecimento de energia elétrica.**

Após isso, **a autora tentou realizar acordo extrajudicial** para quitar seus débitos e restabelecer seu fornecimento de energia elétrica. Todavia, foi informada de que este só seria possível por meio de um pagamento de 30% como entrada, o que é inviável para a autora, pois vive um momento crítico em sentido financeiro, por se encontrar desempregada e a única fonte de sustento de sua família ser a renda de sua filha que é estagiária.

Entretanto, mesmo não tendo condições de pagar o

valor total, sob pena de inviabilizar a subsistência de sua família, **a autora pagou o consumo dos 90 dias que antecederam o corte**, como indicam as normas do setor e a jurisprudência consolidada.

A ré, em sede de contestação, alega que o desligamento foi realizado devido ao atraso de faturas, atraso este inferior a 90 dias, segundo a requerida. Alega ainda que para a religação da unidade é necessário o pagamento de todos os valores em aberto e vencidos nos últimos 60 meses.

Afirma, ademais, que a autora só pagou as faturas referentes aos meses **tais** após o desligamento, em **xx/xx/xxxx**, e que as faturas vencidas no período de **tais** permaneceram em atraso. Requereu, por fim, que fosse declarada a perda do objeto da presente ação, devido ao pagamento de faturas recentes.

Eis o breve relato.

## **2)Do direito**

### **2.1) Do interesse de agir**

A contestante alega que houve perda do objeto, visto que “é procedimento padrão a religação de energia elétrica imediatamente após o pagamento das faturas” (Id. **nº** - Pág. **nº**).

Contudo, percebe-se que, na mesma contestação, a ré afirma que **exige o pagamento de todos os valores pendentes e vencidos em até 60 meses para efetuar a religação** (Id. **nº** - Pág. **nº**).

Ademais, o documento de Id. **nº** demonstra que a **religação da energia só foi feita em razão da decisão de tutela de urgência** proferida nestes autos.

No caso em tela, a autora não pagou todos os valores vencidos em até 60 meses, mas apenas os vencidos em menos de 90 dias do corte de energia.

Logo, **a pretensão resistida ainda persiste**, de modo que presente o interesse de agir a fim de ser proferida uma

decisão de mérito no sentido de que o pagamento da requerente é suficiente para religação, confirmando-se a liminar.

## **2.2) Do mérito**

**Os pontos centrais do mérito são:** a legitimidade do corte efetuado em fevereiro de 2020 e a possibilidade de religação ante o pagamento das parcelas vencidas em até 90 dias do corte.

Quanto à legalidade do corte, a ré fez referência ao art. 6º, § 3º, da Lei nº 8.987/1995.

O mencionado dispositivo legal permite a interrupção em caso de inadimplemento, mas exige **situação de urgência ou aviso prévio**.

No caso em questão, a CEB não demonstrou existir urgência ou aviso à autora antes do corte, de maneira que a suspensão desse serviço essencial mostra-se ilegal.

Frise-se que, seja pela incidência do art. 6º, VIII, do CDC, seja pela impossibilidade de produção de prova diabólica pela autora (art. 373, §1º, do CPC), **o ônus de provar que houve aviso prévio é da CEB**.

Assim, caso não se desincumba desse ônus, tem-se que sequer deveria ter ocorrido o corte, gerando um prejuízo injustificado para a autora.

No que atine à religação, a fim de evitar repetições desnecessárias, reiteramos o teor da petição inicial, a qual se encontra densamente fundamentada com vasta jurisprudência recente do STJ e do TJDF.

Não obstante, acrescentamos, a título de reforço, outro recente julgado da lavra do TJDF:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA EM RESIDÊNCIA.

INADIMPLEMENTO. PARCELAMENTO DA DÍVIDA. COBRANÇA DE FATURAS QUE ENGLOBALAM DÉBITOS ANTIGOS E RECENTES.

**RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS DE  
SANEAMENTO BÁSICO CONDICIONADO AO  
PAGAMENTO TOTAL DO  
DÉBITO. IMPOSSIBILIDADE.**

RESOLUÇÃO Nº 14/2011 DA ADASA.  
JURISPRUDÊNCIA. PAGAMENTO DO DÉBITO  
ATUAL. SENTENÇA PARCIALMENTE  
REFORMADA. PROVIMENTO PARCIAL  
DO

RECURSO. 1. Nos termos do art. 121, §5º da Resolução nº 14/2011 da ADASA, é vedada a suspensão dos serviços de água e esgoto quando o débito se encontra vencido em período superior a 120 (cento e vinte) dias. 2. É assente na jurisprudência pátria que o corte de fornecimento de água pressupõe inadimplência de débito atual, sendo inviável, pois, a suspensão do abastecimento em razão de dívida pretérita. 3. No caso em tela, o inconformismo do Apelante reside na recusa da CAESB em receber as últimas parcelas devidas, condicionando seu pagamento ao resgate de toda a dívida do Autor. Porém, permitir que as novas faturas cobradas englobem as antigas, mesmo tendo havido parcelamento daquelas, equivale a tornar letra morta o preceito normativo contido na Resolução nº 14/2011 da ADASA (art. 121, §5º), além de vasta jurisprudência sobre o tema, sempre repelindo a suspensão do fornecimento de água ou energia por débitos antigos. 4. Sentença parcialmente reformada.

**Recurso parcialmente provido para determinar que seja efetuado e recebido o pagamento das quatro últimas faturas, procedendo-se ao religamento da água na residência do Autor,** acaso concretizado o pagamento no prazo de dez dias a partir da respectiva notificação. (TJDFT, APELAÇÃO CÍVEL 0710568- 81.2018.8.07.0018, Acórdão Nº 1204736, 7ª Turma Cível, Data de julgamento: 25/09/2019). (*Grifos nossos*).

### **3)Do pedido**

Ante todo o exposto, requer a total procedência dos pedidos deduzidos na petição inicial, confirmando-se a decisão que concedeu a tutela provisória de urgência.

Sem mais provas a produzir.

Nesses termos, pede deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público (a)**

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Defensor Público do Distrito  
Federal

Núcleo de Planaltina - DF. Endereço: SCC Quadra 02, Bloco C, Edifício Agenor  
Teixeira Telefone: 061 2196-4541/2196-4536.

Relatório 0704311-11.2020.8.07.0005 - réplica

SEI 00401-00011300/2020-62 /

Número do documento:

[https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?](https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073111084182500000065360565)

x=20073111084182500000065360565 Assinado eletronicamente por: ADAUNIR BATISTA DE

Num. 68956449 -

